

**Socialismo de mercado: Eficácia da
resposta da China à pandemia da
Covid-19**

RESUMO:

Este artigo busca esmiuçar o sistema político e o modelo econômico da China, tendo como recorte de análise o combate à disseminação do coronavírus, com foco nas medidas adotadas em Wuhan. A proposta parte de um resgate do processo histórico considerando a formação do Partido Comunista da China (PCCh) e toda a estratégia adotada através dos planos quinquenais, tendo como premissa desenvolver os modos de produção e libertar as forças produtivas visando a alcançar os objetivos de rejuvenescimento da sociedade chinesa em 2049. Tal estudo se insere em um contexto global de hegemonia do capitalismo financeirizado da democracia liberal no Ocidente, que contrasta com a forma demonstrada pela China a esse problema de saúde pública, materializando o paradigma entre vida e economia enquanto ação de política pública.

Palavras-chave: China. Pandemia. Coronavírus. Socialismo. Partido Comunista Chinês.

**Market socialism: China's effective
response against Covid-19 pandemic**

ABSTRACT:

This article seeks to scrutinize the political system and economic model of China, having as an analytical case the fight against the dissemination of the coronavirus, with a focus on the measures adopted in Wuhan. The proposal begins with a reconstitution of the historical process considering the formation of the Communist Party of China (CCP) and the entire strategy adopted through the Five-Year Plans, with the premise of developing modes of production and releasing the productive forces in order to achieve the rejuvenation goals of the Chinese society in 2049. This study is inserted in a global context of financialized capitalism hegemony and liberal democracy in the West, which contrasts with the way shown by China to this public health problem, materializing the paradigm between life and economy as an action of public policy.

Keywords: China. Pandemic. Coronavirus. Socialism. Chinese Communist Party.

José Renato Peneluppi Jr.¹

Olívia Bulla²

¹ Advogado, doutor em Administração Pública Chinesa pela HUST (华中科技大学) (2018), pesquisador associado na Boston University (2017-2018), pesquisador visitante na Universidade de Oslo (2016). Possui especialização lato sensu em Educação Ambiental pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2009) e graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2008). E-mail: repeneluppi@gmail.com.

² Jornalista, mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) (2015), pesquisadora associada do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT) da USP. Possui especialização lato sensu em Jornalismo Econômico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006) e graduação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2004). E-mail: oliviabulla@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A crise sanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus desencadeou um colapso na economia global, que desafiou os modelos contemporâneos vigentes, trazendo de volta à tona a discussão sobre capitalismo e socialismo, que parecia ter sido superada desde que Fukuyama (1989) declarou a derrocada da evolução sociocultural da humanidade. Os mecanismos organizacionais, administrativos e a estrutura de poder na sociedade também foram colocados em xeque, visto que a estratégia da maioria das democracias liberais, notadamente as ocidentais, se deparou com uma escolha entre quem vive e quem morre, adotando a chamada necropolítica (MBEMBE, 2016).

Em contraste, as medidas adotadas na China logo no início de 2020 — quando a Covid-19 ainda era uma doença desconhecida e sobre a qual havia muita confusão em relação à origem do vírus SARS-CoV-2, bem como aos meios de transmissão — e as decisões tomadas pelos diferentes níveis de governo e na sociedade contra a disseminação do coronavírus foram capazes de quebrar toda a cadeia de infecção. Portanto, há uma contraposição entre a saúde da população e da economia.

Por um lado, as democracias do Ocidente promoveram políticas pelas quais administram a morte, de modo a manter a ordem capitalista, que se fundamenta na mercadoria, tornando-a protagonista e “coisificando” os seres humanos, conforme conceitos de Marx (1867), que ligam o “fetichismo” à “reificação”. Por outro, o funcionamento político e econômico chinês demonstra a prioridade do paradigma em que a economia é para a vida — e não a vida para a economia, colocando as pessoas como agentes da organização do capital.

Assim, as ações de combate na China, baseadas na ciência e na tecnologia, são uma demonstração cabal da superioridade do sistema político e do modelo econômico. As estatísticas oficiais expõem o núcleo desta discussão, mostrando que o país mais populoso do mundo registrou quase 95 mil pessoas infectadas com o vírus SARS-CoV-2 e menos de 5.000 mortos³, em comparação com mais de 210 milhões de casos globais e quase 5 milhões⁴ de mortes confirmadas desde o início da pandemia até 23 de agosto de

³ Dados oficiais da China Continental. Fonte: Universidade Johns Hopkins, 2021.

⁴ Fonte: Universidade Johns Hopkins, 2021.

2021. Conforme censo oficial do país, a população chinesa é estimada em 1,4 bilhão de pessoas em 2021, ou 17,92% da população mundial, de 7,9 bilhões de pessoas no mesmo período.

Portanto, a pandemia do coronavírus oferece a oportunidade de, para quem olha de fora, entender um pouco melhor o sistema político e o modelo econômico da China, inserindo o socialismo com características chinesas no cenário global e colocando a experiência chinesa de interação entre o governo, as empresas e organizações civis como alternativa ao capitalismo, que privilegia o capital privado e os valores individuais em detrimento ao Estado-nação e aos deveres coletivos. Ou seja, a resposta chinesa mostrou-se mais eficaz não só do ponto de vista político-econômico, mas também em termos culturais e sociais.

A proposta deste artigo é esmiuçar o sistema político e o modelo econômico na China, tendo como estudo de caso a forma de combate à disseminação da Covid-19, notadamente em Wuhan. A análise dos fatos narrados em torno da pandemia é feita a partir do resgate do processo histórico do povo chinês, considerando as inúmeras rupturas e contradições durante a formação política, econômica e social da sociedade moderna enquanto uma civilização milenar. Tais reflexões consideram a formação do Partido Comunista Chinês (PCCh), em 1921, e a estratégia adotada pelos planos quinquenais, tidos como instrumento concreto do materialismo dialético.

A partir daí, a discussão se desenvolve através de conceitos clássicos que marcaram o movimento comunista e o processo de desenvolvimento econômico ao longo do século XX. Conforme Marx (1867), no período, a China usou o trabalho e os meios de produção para fazer “coisas”, com o “capital produtivo” sendo executado pelo PCCh, colocando o Estado como eixo da gestão na economia. Já o Ocidente optou pelo “capital fictício” dos mercados de capitais, tendo a financeirização como dinâmica de acumulação dominante, em resposta às duas crises do petróleo nos anos de 1970, e enquanto solução ao rompimento unilateral dos Estados Unidos ao Acordo de Bretton Woods, que pôs fim ao padrão ouro-dólar em 1971.

É, portanto, a partir da análise da gestão da crise sanitária enquanto exemplo de ação de política pública que as medidas de controle e prevenção na China se apresentam como disruptivas, combatendo a doença de forma eficaz. Só assim é possível compreender o progresso técnico-científico do país, tendo a governança do PCCh como

peça-chave nesse processo, rompendo com o entendimento de continuidade civilizatória linear ao longo de 5 mil anos, bem como com crenças essencialmente falsas enraizadas no Ocidente de que economia e democracia são convergentes e de que o sistema político chinês não é legítimo.

Assim, o objetivo é responder à suposição de que o modo de governança e de produção da China são eficazes frente às crises e aos desafios do novo milênio, por serem voltados às necessidades do povo. O legado deste trabalho é antever o impacto estrutural da pandemia no atual estágio do processo socioeconômico e tecnológico, chinês e mundial, considerando-se as transformações globais em direção à chamada quarta revolução industrial e o papel de vanguarda do PCCh nessa mudança, em direção aos objetivos traçados para 2049 (*Chinese Dream/中国梦*⁵), quando se espera alcançar o rejuvenescimento da civilização chinesa enquanto sociedade socialista moderna.

O MARXISMO-LENINISMO E O SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

Aspectos Históricos e Referencial Teórico

Falar de socialismo, em especial do socialismo com características chinesas, implic, tratar do Partido Comunista da China (PCCh). Ou seja, para explicar o termo cunhado pelo líder supremo Deng Xiaoping em 1982, durante a abertura do 12º Congresso Nacional⁶, é preciso, antes, buscar as bases que levaram a essa prática de governo, 33 anos depois da Guerra de Libertação (解放战争)/Revolução Comunista, da qual o Exército de Libertação Popular (ELP) saiu vitorioso, fundando a República Popular da China, em 1º de outubro de 1949, governada desde então pelo Partido.

⁵ O sonho chinês (*Chinese Dream/中国梦/zhōngguó mèng*), lema concebido em 2013 pelo atual presidente do país, Xi Jinping, engloba prosperidade, harmonia e destino compartilhado de modo a enfrentar o progresso econômico desequilibrado na sociedade por meio intervenções sociais e diplomáticas.

⁶ DENG, Xiaoping. 1982 Opening speech at the 12th National Congress of the Communist Party of China Disponível em: https://cpcchina.chinadaily.com.cn/2010-10/20/content_13918249.htm.

O atual presidente e também secretário-geral do PCCh, Xi Jinping, afirmou⁷ que “a liderança do Partido é a característica mais essencial do socialismo com características chinesas”. Por isso, defender essa liderança é fundamental para que os princípios científicos do Marxismo, elaborados por Karl Marx e Friedrich Engels, e a doutrina política leninista, de Vladimir Lenin, não sejam alterados devido à troca de líderes. Assim, a perspectiva socialista aplicada à realidade concreta da China não é definida por quem está no comando, mas sim pelo Partido que governa o país.

Fundado em 1921, o PCCh deu seus primeiros passos já no fim da década anterior, durante o chamado Século de Humilhação (1839-1949). O período teve início com a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) e foi marcado pela subjugação da dinastia Qing (1644-1912) por potências imperialistas. Derrotada pelo Reino Unido, a dinastia formada pela etnia manchus foi forçada a assinar tratados desiguais, como o que cedeu Hong Kong aos britânicos.

Essa intervenção das forças estrangeiras desintegra os ideais confucionistas enquanto pensamento político chinês, com o desmantelamento do poder da dinastia Qing resultando na dissolução do Estado confucionista, pois os Manchu haviam perdido o “mandato do céu” e quem assumiu o direito de governar a China não era seu representante. O Mandato do Céu foi a filosofia político-social que serviu como explicação para o sucesso ou o fracasso dos imperadores desde a dinastia Zhou (1046-256 a.C.) até o fim da era dinástica. Sempre que um governante e, posteriormente, uma dinastia caía, era porque havia perdido o direito divino de governar, concedido somente pelo “céu” - conceito referenciado pela dialética de Yin-Yang e a teoria do equilíbrio da filosofia taoísta, fundada por Lao Zi no século VI a.C.

Segundo esse ideal de organização política, o “céu” representa força e valor superior, capaz de determinar os bons e maus agouros dos governantes. Para Marx (1853), foi “o canhão inglês em 1840, que quebrou a autoridade do imperador e forçou o Império Celestial a entrar em contato com o mundo terrestre”. Como resultado, a autoridade da dinastia Manchu “caiu em pedaços” perante as armas britânicas e “a fé supersticiosa na eternidade do Império Celestial acabou”.

⁷ XI, Jinping. 2020. “The leadership of the Chinese Communist Party is the most essential feature of socialism with Chinese characteristics” Revista Qiushi, 14ª edição, 2020. Disponível em: http://www.qsttheory.cn/dukan/qs/2020-07/15/c_1126234524.htm.

A crescente insatisfação com a incapacidade da dinastia Qing em restringir as intervenções das potências estrangeiras resultou nas rebeliões dos Boxers e Taiping, na virada do século XIX para o século XX. Porém, tais levantes pereceram, com as tropas imperiais sendo auxiliadas por forças militares e mercenários estrangeiros. Só em outubro de 1911, na antiga cidade de Wuchang (hoje um dos distritos de Wuhan), militares anti-monarcas começaram um levante no Oitavo Batalhão, desencadeando uma onda de revoltas na China que resultou na queda da última dinastia imperial pelas forças revolucionárias.

Em 1912, estabeleceu-se a República da China. Mas a permanência no poder de um militar da dinastia Qing enfraqueceu a nova formação política. Yuan Shikai negociou com os revolucionários uma série de petições e forçou a abdicação do último imperador, o menino Puyi, com apenas seis anos, desde que o militar fosse nomeado presidente, cargo então pertencente a Sun Yat-sen (Sun Deming), o chamado “Pai da Nação”, fundador do partido nacionalista Kuomintang (KMT) e que governava a China desde 1911.

Pouco a pouco, o regime autocrático e as ambições de Yuan de restaurar a monarquia deixaram a China à mercê de coligações de senhores feudais e milícias provinciais. É nesse período que ocorrem fortes movimentos políticos nacionalistas, tornando o nacionalismo a forma dominante de autorreconhecimento da China no mundo moderno. Pomar (2015) afirma que as guerras e lutas ocorridas desde 1860, após a Segunda Guerra do Ópio (1856-1860), e as consequências da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) resultaram na incorporação ao pensamento chinês de teorias nacionalistas relacionadas à organização social e à soberania nacional, que se somaram a ideais da Revolução Russa (1917) e do Marxismo.

Porém, Marx e Engels criticavam o nacionalismo enquanto força autônoma. Blaut (1987) afirma que o marxismo pode abraçar o nacionalismo apenas quando as exigências de salvaguarda dos valores nacionais estão de acordo com os interesses do proletariado. Caso contrário, o papel da luta de classes para uma mudança sistêmica permaneceria. Assim, a perspectiva do materialismo histórico se opõe à noção hegeliana de que o Estado era um produto superorgânico e metafísico, de caráter espiritual e intelectual.

Em vez disso, o Estado não existe antes da sociedade e da luta de classes, mas sim enquanto um produto delas. Ainda assim, para o marxismo, o nacionalismo é considerado uma etapa inevitável do progresso do ser humano, uma vez que pode ser usado como uma

ferramenta estratégica capaz de apoiar a revolução proletária, alcançando a coexistência harmoniosa do marxismo e do nacionalismo para, então, realizar o socialismo.

Embora seja pouco notado no Ocidente, o Movimento de Quatro de Maio (五四运动) marcou o momento da virada na história moderna da China. O movimento surgiu de protestos estudantis em Pequim, em 4 de maio de 1919, em resposta a mais um tratado desigual, o de Versalhes, que permitiu que o Japão ficasse com territórios em Shandong que foram devolvidos pela Alemanha, ao final da Primeira Guerra Mundial. Foi mais uma afronta contra a China, que integrava a aliança de países que derrotou a Alemanha na Grande Guerra, mas que continuou tendo parte de seu território sob domínio das forças estrangeiras.

O Movimento de Quatro de Maio seguia em plena eclosão quando, no outono (no hemisfério norte) de 1919, Li Dazhao publicou um número especial monográfico sobre o marxismo na revista reformista Nova Juventude (Hsin Ching-Nien), a convite de Chen Duxiu, decano da Universidade de Pequim e editor da publicação. A edição atraiu muitos leitores e despertou o interesse de jovens, como Zhou Enlai e Mao Zedong, ao marxismo.

É nesse contexto que o Partido Comunista Chinês é fundado em Xangai, em julho de 1921, com apenas 50 membros, tendo Chen Duxiu como o primeiro presidente e secretário-geral. Segundo Qiang (2018), a primeira missão do Partido foi resolver a tensão entre a verdade filosófica e a realidade histórica chinesa, estabelecendo um processo em que a teoria orienta a prática e a prática testa a teoria, sendo que a prática permite a avaliação, o aprimoramento e a criação dessa teoria. “Este processo de movimento dialético entre teoria e prática, filosofia e história é precisamente a ‘sinificação do marxismo’” (QIANG, 2018, p. 7).

Assim, o Movimento de Quatro de Maio promoveu a “sinificação” do marxismo através da perspectiva de mundo progressista. Em seu sentido mais amplo, o movimento contribuiu para formar a força organizacional desde o nascimento do PCCh, solidificando as bases que permitiriam o desenvolvimento da China em direção ao socialismo com características chinesas e à construção de uma sociedade moderna. Em 1939, depois de ter liderado o ELP durante a Grande Marcha (1934-1935), o líder revolucionário Mao Zedong afirmou que o Movimento de Quatro de Maio “deu um passo além da Revolução de 1911”, pois foi quando centenas de milhares de jovens “tomaram seus lugares na

vanguarda da história” e formaram um campo de novas forças sociais, “constituído pela classe trabalhadora, as massas estudantis e a nova burguesia nacional”.

A longa travessia das tropas comunistas para fugir à perseguição do exército do Kuomintang foi importante para solidificar o apelo do PCCh entre o povo, principalmente camponeses e pobre, além de criar as bases do sistema financeiro e industrial, que ajudaram no desenvolvimento e expansão das forças produtivas e armadas, fortalecendo o regime. Então, em 1949, a aplicação de uma teoria sociológica começa a fazer sentido na China.

A adoção do marxismo-leninismo enquanto pensamento político e do socialismo enquanto forma de organização da economia foram capazes de implementar as tecnologias sociais (HELMER-HIRSCHBERG, 1965) por meio de métodos que superassem as questões subjetivas e objetivas da sociedade, por serem também uma forma superior de análise socioeconômica, segundo a qual é possível aplicar a crítica teórica à prática, através da interpretação materialista do desenvolvimento histórico e da visão dialética de transformação social, com o Estado mantendo o controle sobre o próprio sistema e o Partido atuando no papel de líder revolucionário de vanguarda.

Assim, há três questões centrais para que se alcance o socialismo: objetiva, subjetiva e distribuição de riqueza. Enquanto a primeira questão refere-se aos meios de produção em si e seu progresso científico-tecnológico; o segundo ponto está relacionado à consciência de classe, à educação formal e civil, visando à formação social em prol da coletividade para a construção de uma sociedade igualitária. Encaminhadas essas duas questões, viabiliza-se o objetivo de compartilhar a riqueza gerada, avançando o projeto de desenvolvimento socioeconômico em direção à construção — ou, no caso, ao rejuvenescimento — da civilização.

Ao incorporar o pensamento marxista-leninista na história milenar chinesa, o PCCh propõe a construção de uma nova sociedade, com o processo de desenvolvimento se realizando com a modificação de procedimentos tradicionais do passado, adaptados ao socialismo para a libertação das forças produtivas. Por isso, a compreensão da tecnologia social enquanto método técnico-científico de aplicação do sistema político e do modelo econômico na realidade passa pela compreensão da forma como o marxismo mudou a China, incorporando novos valores, conceitos e estruturas.

Por isso, a vitória do Partido em 1949 foi um fenômeno disruptivo, que amalgama séculos de revoltas camponesas e marca um ponto de virada (ou de retomada), dando fim ao período de espoliação pelas potências estrangeiras imperialistas e iniciando a grande libertação pela recuperação e unificação da China. Já a Grande Revolução Cultural Proletária (1966-1976) foi a revolução chinesa *sui generis*, de modo a superar a questão subjetiva do marxismo e preservar o socialismo, expurgando elementos capitalistas e tradicionais na sociedade chinesa e alinhando a ideologia comunista até mesmo dentro do Partido.

O PCCh surge, então, como o partido em defesa da nação, mostrando-se mais capaz de proteger os interesses do povo chinês, resguardando o legado de uma civilização milenar para fins de soberania e domínio do próprio território. Para tanto, o Partido insere a questão do Estado no âmbito da história, tendo como condições básicas e instrumentos teóricos fundamentais a perspectiva socialista, do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao. Sob esse sistema, a tomada de decisões estratégicas permite abordagens operacionais de modelos e pesquisas, a partir da aplicação do conhecimento teórico para fins práticos.

Para tanto, a China lançou mão dos Planos Quinquenais, que listam objetivos econômicos e serviram como instrumento de planificação em um período mais longo, tendo sido implantados por Josef Stalin na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no fim dos anos 1920. Desde o Primeiro Plano Quinquenal chinês (五年计划), de 1953 a 1957, percebe-se que o processo de desenvolvimento social na China é composto por uma variedade de respostas político-econômicas e institucionais, na qual coexistem movimentos antagônicos e controversos, descentralizando e recentralizando questões, bem como adotando abordagem ora gradual, ora radical, combinando diferentes dinâmicas de acumulação ao longo do tempo para enfrentar pontos de estrangulamento e prover às lideranças a capacidade de prever problemas na economia, absorvendo lições de sucesso e fracasso.

Portanto, o Estado faz do papel de executor da transformação do país uma grande estratégia de constante legitimação do PCCh e do próprio poder político instalado em 1949, com o povo chinês creditando as conquistas sociais e econômicas do país por causa — e não apesar do governo. “Por essa razão, a era Xi Jinping não ocorreu naturalmente,

mas foi criada por líderes liderando pessoas. Os líderes dependem dos partidos políticos, e os partidos políticos têm raízes nas pessoas; líderes, partidos políticos e as massas interagem de maneira saudável” (QIANG, 2018, p. 16).

Segundo o autor, esse nível de confiança e engajamento é um aspecto importante da organização marxista-leninista e resultado da experiência chinesa, com o caráter do PCCh tendo origem não apenas nos princípios do marxismo, mas também absorvendo a tradicional cultura chinesa e o legado de 5 mil anos de história da civilização. Para Qiang (2018), a história do PCCh deve ser dividida em três fases: a de “se levantar”, iniciada em 1921, quando o Partido foi fundado, até 1949, quando a Nova China foi estabelecida; a de “ficar rico”, de 1949 até 1978, quando teve início a política de Reforma e Abertura; e, a mais recente, de se “tornar forte”, que abrange desde a reconstrução moderna impulsionada por Deng até a Nova Era.

Por isso, o presidente Xi defendeu⁸ que o paradigma da economia política na China só pode ser o marxista. Ao citar os males inerentes ao capitalismo, ele afirma que um dos fatores-chave para o sucesso do modelo econômico chinês é colocar em jogo “os pontos fortes da economia de mercado sob a premissa geral da direção do Partido, sem esquecer o termo socialismo e, portanto, a superioridade do sistema socialista”⁹.

Falar de economia de mercado socialista significa afirmar a nossa superioridade institucional e prevenir eficazmente os abusos da economia de mercado capitalista. Devemos (...) trabalhar arduamente na combinação do sistema básico do socialismo com a economia de mercado, e fazer um bom uso de ambas as vantagens, tanto do ponto de vista do “mercado eficiente” como do ponto de vista do “governo eficiente”, procurando resolver na prática este enigma econômico mundial.¹⁰

A pandemia do novo coronavírus, cujo primeiro surto foi identificado em Wuhan, reforça essa visão, sugerindo que a democracia e o crescimento da economia não são inevitavelmente dependentes entre si, com a resposta da China ao contágio da Covid-19 em nítido contraste com a de muitos países ocidentais. A crise sanitária global ilustrou que quando o mundo se depara com um inimigo comum e letal, exógeno aos ciclos

⁸ Artigo publicado na revista periódica Qiushi, referente ao discurso do secretário-geral do PCCh, Xi Jinping, em 23 de novembro de 2015, durante o 28º estudo coletivo do 18º Birô Político do Comitê Central.

⁹ *ibid.*

¹⁰ *ibid.*

econômicos, a eficácia e eficiência tanto no controle imediato quanto na posterior prevenção e subsequente recuperação passa pelo sistema político e modelo de produção.

Ao privilegiar as forças de trabalho, em detrimento da financeirização, a China foi bem-sucedida devido à centralidade do papel do Estado e ao grau de coordenação entre as forças produtivas e a atividade humana, comunicando medidas de políticas públicas e os processos na gestão. A interação entre essas instituições é fundamental para desempenhar suas respectivas funções sociais, sendo, portanto, uma questão de soberania nacional.

A TEORIA NA PRÁTICA: ESTUDO DE CASO DO VÍRUS EM WUHAN

Processos metodológicos

É um paradoxo imaginar que Wuhan, capital da província de Hubei, localizada no centro da China, só tenha ganhado fama internacional em janeiro de 2020, justamente quando o governo chinês cortou as ligações da megacidade com o exterior, isolando quase 10 milhões de moradores por causa de uma pneumonia de etiologia até então desconhecida. Ainda mais porque, meses antes, em outubro de 2019, a cidade havia aberto as portas para o mundo, durante a sétima edição dos Jogos Mundiais Militares.

Mas a lembrança global da cidade foi entoada pelo então presidente dos EUA Donald Trump, que chamou o novo coronavírus de “vírus de Wuhan”, depois nomeando-o como “vírus chinês”, como se o vírus conhecesse algum país ou raça. À época das declarações, no início de 2020, Wuhan já estava isolada, em uma ofensiva contra o surto de uma epidemia, até que, poucos meses depois, o vírus passaria a ser uma preocupação no Ocidente. Em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a primeira pandemia causada por um coronavírus.

Mais de um ano e meio depois, a distância no tempo permite notar que a China conseguiu resistir a um vírus mortal, inicialmente desconhecido. O país mais populoso do mundo é responsável por apenas 0,05% dos casos confirmados em todo o mundo e 0,12% das mortes globais pela doença até 23 de agosto de 2021¹¹.

¹¹ Dados oficiais da China Continental e do Mapa Global. Fonte: Universidade Johns Hopkins, 2021.

As razões que levaram a esse feito memorável da China residem em um conjunto de argumentos, expostos na parte anterior desse trabalho, que combinam o aspecto histórico de coletividade e unidade nacional da sociedade de caráter socializante com o desenvolvimento das forças produtivas, constituídas de uma ampla capacidade estatal de corporações empresariais e financeiras, que são conduzidas por forças políticas que se movimentam a partir de ciclos quinquenais e decenais, disponibilizando ao Estado as ferramentas institucionais necessárias para conduzir uma economia não só planificada, mas também “de prontidão” (JABBOUR, 2020).

Existe um alto grau de envolvimento da sociedade e dos agentes econômicos com o poder público, legitimando a capacidade de gestão do PCCh. Esses arranjos permitiram a pronta reação ao enfrentamento de, até então, um “inimigo invisível”, conforme palavras do presidente Xi¹², e realçam o papel qualitativo do Estado, fazendo da luta contra a Covid-19 uma demonstração da governança do PCCh.

Tudo isso só foi possível porque o socialismo que rege a China repousa no racionalismo clássico, conforme a teoria político-econômica de Marx, que vê na razão as bases para se pensar a sociedade, defendendo a ciência e criticando a utopia. Assim, ao convocar uma “guerra do povo” para combater a disseminação do vírus, o presidente Xi buscava reforçar a capacidade do Partido de responder a grandes emergências nacionais. A afirmação do líder chinês de que se tratava da epidemia de maior ritmo de disseminação, envergadura de infecção e dificuldade de controle e prevenção que a “Nova China” já enfrentou desde a sua fundação, em 1949, superando até a epidemia da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), entre 2002 e 2003, enfatizava os desafios do combate.

A resposta da China à crise de saúde pública provocada pelo novo coronavírus deve ser, então, observada como parte da história de uma civilização e não apenas como um acaso, que levaria a uma reação simplista do fato em si. O socialismo com características chinesas é, portanto, uma construção histórica, que desenvolveu uma capacidade de organização, encadeando as classes produtivas e as novas relações de produção sob a tutela do Estado.

¹² Declarações feitas pelo presidente chinês Xi Jinping durante a 12ª reunião da Comissão Central do Aprofundamento Integral da Reforma da China, em março de 2020.

Com isso, as questões em torno do combate à Covid-19 envolvem a dinâmica de acumulação do modo de produção socialista, estabelecido a partir das escolhas políticas de 1949 e, notadamente, de 1978, criando as condições institucionais e econômicas que permitam respostas imediatas. Entende-se, então, que as reformas e a abertura implementadas por Deng só tiveram êxito por causa do alicerce que foi construído na China nos 30 anos anteriores, sendo uma reação aos resultados adversos da Revolução Cultural.

Tanto que o conceito da economia de mercado socialista, adotado a partir de 1978, rompe com o espírito de luta que acompanhou o modelo econômico socialista clássico e parte do entendimento de que não há contradições com o socialismo, que também tem mercado. Mas as iniciativas de mercado da China são socialistas, pois as empresas, estatais ou não, não possuem poder político, tal qual ocorre no capitalismo. Ainda assim, as contribuições da burguesia chinesa são disruptivas, uma vez que servem ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, visando o bem-estar social.

Já nas democracias ocidentais, a partir dos anos 1980 e, notadamente, após o fim da Guerra Fria, a doutrina neoliberal determina que os interesses do capital estão acima dos planos do Estado-nação, dando às empresas poder para definir políticas e ações públicas, atendendo, assim, às demandas em benefício próprio de uma pequena parcela da população. Por sua vez, na economia de mercado socialista, o capital é gestado pelo Estado, que é o executor de ações coordenadas capazes de alocar recursos e gerar retornos de modo eficiente, compensando os limites e falhas do capitalismo privado.

Não se trata, porém, de um capitalismo de Estado, apesar da vasta gama de ferramentas para o controle direto e indireto da produção e da utilização da mais-valia socialmente gerada. Tampouco de uma experiência do socialismo de “criar o mercado”. O que há é um alto grau de controle público sobre a maior parte do excedente, o que implica em vantagens distributivas relevantes e, mais comumente, normativas no domínio do planejamento racional.

“Em suma, o socialismo de mercado permite alcançar, de forma mais eficiente que sob um padrão de regime capitalista, o rápido desenvolvimento das forças produtivas” (GABRIELE; SCHETTINO, 2012, p. 33). Os autores explicam que o Socialismo de Mercado permite a superação de uma desvantagem intrínseca do capitalismo, a saber, a

potencial contradição entre poupança e investimentos causada pela apropriação da mais-valia.

Segundo Gabriele; Schettino (2012), essa superação ocorre porque a burguesia no socialismo não é uma classe dotada de mecanismos internos eficazes de coordenação para empreender decisões econômicas, cabendo ao Estado a formulação e implementação de uma forma avançada de planejamento, com foco na rapidez e nas características qualitativas do processo de acumulação.

Assim, foi através de uma economia de mercado socialista que o PCCh pôde convocar indústrias estratégicas, reconvertendo atividades fins e transformando-as em atividades meios, reorganizando a produção em um curto intervalo de tempo. Também foi por causa desse modelo econômico que o governo chinês fez uso da atualização e expansão de componentes do ecossistema de tecnologia digital já existente, como o QR Code disponíveis nos aplicativos WeChat e AliPay, bem como o aprimoramento do Sistema de Crédito Social (SCS na sigla em inglês), que faz parte do contrato social entre o indivíduo e o Estado.

A China usou dados de localização via smartphones e métodos computacionais sofisticados para conter a disseminação da Covid-19, com a Inteligência Artificial (AI) e a análise de Big Data sendo capaz de estabelecer a cadeia de transmissão do vírus, identificando todos os possíveis pontos de interseção, indo desde bairros a indivíduos com exposição ao coronavírus ou já infectados. A partir desta inovação tecnológica, as autoridades chinesas tornaram as medidas de combate mais eficientes, inclusive nos surtos no país posteriores a Wuhan.

De um modo geral, quatro frentes de combate foram capazes de quebrar toda a cadeia de infecção da doença. São elas: a rígida vigilância em relação à quarentena e ao isolamento social, tidos como deveres coletivos; o controle efetivo da doença por meio de testagem em massa; do rastreamento agressivo do vírus e o tratamento dos infectados. Mesmo após a reabertura de Wuhan, em 8 de abril de 2020, essas quatro frentes somadas à limpeza de locais públicos e ao uso de máscaras como forma de proteção individual continuaram em andamento em toda a China.

Foi assim em todos os casos posteriores. Na região densamente povoada do Delta do Rio Pérola, ao sul, até as cidades mais populosas, Xangai e Pequim, além de Qingdao, ao leste; e Kashgar e Chengdu, no oeste; e da emblemática experiência em Shijiazhuang,

ao norte. Em todas elas, houve ganhos de eficiência, notadamente em termos de tempo e espaço, o que permitiu a adoção de medidas mais localizadas, direcionando ações de combate à doença em áreas mais restritas, sem a necessidade de fechar uma cidade inteira.

Ao fundamentar as ações de combate ao coronavírus em Wuhan a partir da abordagem do socialismo, as medidas governamentais e de mobilização da China atuam tanto na vida social, com rigorosas políticas de isolamento e atuação dos comitês de bairro (居委会), quanto na produção de bens essenciais, como a fabricação de equipamentos médicos e a construção de hospitais de campanha, mobilizando força de trabalho em várias áreas e indústrias estratégicas. É esta engenharia social que explica, por exemplo, o envio de 42 mil médicos para a cidade e a construção de dois novos hospitais com mil e 1,6 mil leitos em 10 e 12 dias, respectivamente.

Portanto, foi por causa do sistema político e do modelo econômico que o Estado pôde operar de forma plena, coordenando ações de política pública e comunicando os processos da crise sanitária. Nesse sentido, as relações materiais, que nada mais são que as formas necessárias nas quais se realiza a atividade material e individual, formam a base das relações sociais, com o trabalho produtivo determinando o modo de produção. Assim, o modelo econômico chinês mostra que é possível sacrificar o lucro e a eficiência para cumprir papéis sociais quando necessário.

Mas a peça central dessa engenharia social são as empresas estatais (SOEs). Lin *et al* (2020) afirma que as intervenções do governo chinês nas SOEs tornam possível a operação funcional das indústrias de capital-intensivo, sendo também uma forma de manter a estabilidade social, sem a qual a economia não consegue funcionar apropriadamente. Segundo os autores, o governo chinês usa as SOEs para garantir o controle sobre elementos-chave da sociedade, assegurando o controle estatal sob os chamados “altos comandos” da economia, conforme postulado no marxismo-leninismo.

“Controlar um conjunto de empresas e indústrias é consistente com os interesses do governo” (LIN et al., p. 3). Assim, ao priorizar o bem-estar das pessoas no enfrentamento da pandemia no curto prazo, valorizando a vida, a China buscava garantir que os interesses econômicos de longo prazo não fossem comprometidos, protegendo a força de trabalho.

Tal posição reafirma um dos elementos centrais do socialismo em relação à atividade humana como bem “inalienável” para o progresso dos indivíduos, em detrimento ao “fetichismo da mercadoria” nas relações sociais do modo de produção capitalista, segundo taxonomia de Marx (1867). Nas sociedades onde o capitalismo financeirizado se aprofundou com a implantação do modelo neoliberal, o processo de produção perde importância frente ao consumismo e à comercialização - de produtos e serviços, mas também pela lógica que rege a esfera financeira e especulativa. Nela, a única coisa que importa é o grau e a velocidade da rentabilidade, podendo atentar contra a soberania dos povos e o contrato social implícito que sustenta os governos democráticos, no qual o bem-estar dos cidadãos e o respeito às liberdades civis são tão fundamentais a ponto de serem considerados “valores sagrados”.

No entanto, essa relação expõe a fragilidade das democracias liberais, notadamente as ocidentais, para enfrentar situações de emergência, como a pandemia. Qin (2020) afirma que ao colocar os “direitos humanos” (*human rights*) acima das ações de combate à disseminação do coronavírus, o Ocidente falhou em conter o vírus, fazendo com que a garantia à dignidade humana pudesse representar também “nenhum humano sobrando” (*no humans left*), citando termos em alusão à dicotomia política entre esquerda e direita. “Em outras palavras, os direitos humanos elevados se tornaram uma desvantagem para o Ocidente em sua luta” (QIN, 2020). O autor explica que enquanto “viver livre ou morrer” é um “valor sagrado” às democracias liberais, quando confrontada com um dilema entre a morte com liberdade e a vida sem liberdade, a natureza humana tende a escolher a última opção.

Uma vez que o dilema de “direitos humanos” versus “nenhum humano sobrando” se transforme em de “morte pela fome” versus “morte pelo vírus”, a escolha é ainda mais difícil. Em retrospecto, é certo que a sobrevivência (“humanos restantes”) é mais importante do que os direitos humanos.

Para Qin (2020), a disseminação do coronavírus levantou também muitas questões sobre as instituições políticas. “O que o Ocidente deveria considerar seriamente é a falha importante na democracia liberal enquanto uma instituição em face à emergência atual.” No caso da China, é inegável que houve contratempos por parte das autoridades, no início, quando a incerteza sobre a doença ainda era grande.

Mas a China não teve o tempo que o restante do mundo teve para responder ao surto, com boa parte dos países ocidentais ainda debatendo o jeito certo de agir, sem ferir os “valores sagrados” dos direitos individuais. Portanto, os erros iniciais não demonstram o fracasso da liderança chinesa. Ao contrário, realçam a vitalidade e a validade do sistema político, devido à capacidade de corrigir durante o percurso.

Apesar do senso comum, o sistema político governado por um partido único na China não funciona como um modelo de governança autoritário. Babur (2020) explica que há um “equilíbrio intrincado de centralização e descentralização”, com a administração central delegando autonomia regional a níveis inferiores. “Devido à estrutura descentralizada proposta pelo PCCh, o sistema de governança local é dividido em níveis provinciais, municipais, distritais e de povoado e vilarejo (*township*)”.

Segundo Babur (2020), nessa estrutura há uma “clara distinção” entre Partido e Estado, sendo o Partido responsável pela priorização de políticas públicas, baseadas em princípios de decisões coletivas e consensuais, e gestão de quadro de funcionários do governo, enquanto o Estado é responsável pela supervisão da implementação das medidas em todos os níveis de governo.

A partir dessa estrutura hierárquica, o governo central também aplicou uma abordagem específica de prevenção e controle de epidemias para cada região do país. Cada localidade foi classificada por nível de risco (baixo, médio e alto) com base em uma avaliação abrangente de fatores como população e número de infecções em um determinado período de tempo. Nas esferas locais, as regiões podiam adotar medidas de forma dinâmica, ajustando as ações de acordo com o nível de risco e a situação da evolução.

Sendo assim, depois do *lockdown* em Wuhan, as decisões tomadas a partir da esfera central e implementadas em nível regional e local puderam servir de modelo para um plano de contingência contra a doença, com as medidas de combate tornando-se um instrumento replicável em toda a China e que poderia, quiçá, servir de referência fora da fronteira.

É por isso que o bloqueio na cidade transformou a capital da província de Hubei em um “campo de batalha”, onde a vitória foi conquistada em um espaço organizado socialmente e historicamente. Ao fazer assim, a “guerra do povo”, convocada pelo presidente Xi, tornou-se contínua. Afinal, “Wuhan é a China em miniatura; é uma cidade

heróica” (BENJAMIN, 2020: 13), onde aconteceram vários combates que marcam a história do país, moldando a imagem de uma fortaleza. Daí então porque a nação inteira fez um esforço para prevenir e controlar o surto da doença, salvando vidas.

Segundo Zili (2019), a história da China provou que concentrar esforços em grandes eventos é uma característica marcante das vantagens do sistema socialista com características chinesas. “É a única arma mágica para superar vários riscos e desafios importantes. É a história da nação chinesa se erguer, enriquecer e se tornar forte”. O autor afirma que essa motivação tem como posição fundamental que o povo é o centro e a garantia política fundamental é a liderança do Partido.

Ao fazer isso, o povo chinês lutou unido contra a Covid-19, agregando a força da nação. Tais valores de irmandade/lealdade e em defesa da pátria remetem ao clássico romance dos “Três Reinos”, manifestados nos guerreiros Guan Yu (关羽) e Zhao Zilong/Yun (赵子龙/赵运), que, juntos, representam a construção do “Império do Meio” (中国, zhongguo ou China, em mandarim), sendo o “meio” aquele espaço entre o “céu” e a “terra”, onde acontecem as “dez mil coisas”, localizado “abaixo do céu” (天下). “Dessa forma, o ‘meio’, que seria ‘tudo abaixo do céu’, diz respeito a uma dimensão geográfica específica: dentro da fronteira” (DIAN, 2019: 17).

A lógica do “abaixo do céu” (天下) surgiu nas primeiras dinastias da China Antiga e estabelece uma divisão entre o império civilizado e o mundo selvagem, fazendo-se necessária uma “identidade da nação chinesa”, essencialmente vinculada ao território, com esse espaço ocupado dando o sentido de pertencimento. Portanto, não se trata apenas da concepção de território como vinculado a um Estado-nação — ou o chamado “Império do Meio” — com os limites fronteiriços delimitando o espaço de sua soberania.

Tal qual explica Santos (1978), o território deve ser visto como um “arcabouço material” e é utilizado pelo povo por meio dos sentidos, cuja dimensão transtemporal junta sucessivas relações entre homem e natureza para a construção de uma realidade objetiva. Para o povo chinês, o “meio” é o mundo onde o céu e a humanidade formam um espaço único em harmonia, sendo que a pandemia da Covid-19 intensificou essa discussão, com os seres humanos mostrando-se mais vulneráveis a doenças, em consequência dos desastres ambientais, climáticos e as formas de exploração dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Daí então porque, do ponto de vista da gestão de crise, o combate à Covid-19 na China foi altamente eficiente. Drăgan (2019) explica que a maneira padrão de estudar uma crise é dividi-la em quatro diferentes estágios de um ciclo de gerenciamento: prevenção, preparação, resposta e recuperação. Em todas essas etapas, as estatísticas oficiais evidenciam que a China se organizou da forma mais eficaz, com o PCCh coordenando as políticas públicas entre os diferentes atores sociais (cidadãos, organizações, empresas etc.) e comunicando os procedimentos para lidar com a doença.

Conforme já citado, a China foi responsável por um percentual ínfimo, em termos de casos e óbitos por Covid-19, quando comparado aos números mundiais - notadamente dos EUA, Brasil e Índia, que lideram a contagem global de infectados e mortos por coronavírus. Da mesma forma, os indicadores econômicos também demonstram essa eficiência, uma vez que a economia chinesa evitou entrar em recessão técnica, enquanto as demais economias ocidentais acumularam dois trimestres seguidos de queda do Produto Interno Bruto (PIB), com taxas negativas de dois dígitos no período de seis meses.

A China, por sua vez, foi a única grande economia no mundo a crescer em 2020, com expansão de 2,3%. No primeiro trimestre do ano passado, período marcado pelo surto da Covid-19 em Wuhan, o PIB chinês encolheu um recorde de 9,7% em relação ao trimestre anterior. Depois, do segundo ao quarto trimestres de 2020, a economia do país cresceu 11,6%, 3% e 2,6%, respectivamente, todos em base trimestral, em uma típica recuperação em forma de “V”, seguida de uma estabilização da atividade.

Além disso, em pleno ano da pandemia, a China cumpriu a meta de eliminação da pobreza extrema, tornando-se uma sociedade moderadamente próspera. Por isso, é fundamental qualificar os números, atribuindo-lhes um significado, em vez de apresentar os valores em sua forma bruta, tanto no que se refere à crise de saúde pública ou à crise econômica global. Afinal, quando comparados a outros países, os números da China durante a pandemia evidenciam não apenas a superioridade do socialismo de mercado como eixo do processo de desenvolvimento econômico, dando ao Estado a capacidade superior de atuação; mas realçam também os impactos sociais do desenvolvimento das economias capitalistas mais avançadas e da criação do “dinheiro fictício”.

A financeirização deu vazão à metáfora de Adam Smith [1776] sobre a “mão invisível do mercado”, que rege o capital pela lógica do lucro e não apenas pelo tipo de produtos ou serviços ofertados. Com resultado no Ocidente, empresas privadas fracassaram em fazer amplas reconversões produtivas, nem foram obrigadas a readequar suas atividades econômicas, o que enquadraria o sistema financeiro pró-lucro. Em contrapartida, o compromisso formal das democracias com o liberalismo econômico aproveitou da crise provocada pelo coronavírus como uma oportunidade para retirar proteções trabalhistas. O mesmo foi visto na relação entre o capital e a natureza, com um agravamento nas práticas de crime ambiental.

Marx (1867) explica que quanto mais uma sociedade se adapta a uma economia de livre mercado, maior é a assimetria de poder entre os que controlam os meios de produção e os trabalhadores e/ou excluídos desse controle, gerando o excedente de capital. A partir dessa dinâmica interna, entende-se que nas crises esse excedente não pode ser lucrativamente absorvido, sendo necessária sua destruição. Tal processo, porém, acelera a concentração de poder econômico e político nas mãos dos que controlam os modos de produção.

Daí então porque as medidas anunciadas pelos governos liberais contra o surto da Covid-19 concentraram-se mais em conter os impactos econômicos e financeiros do que em combater a disseminação do vírus e a possibilidade de contágio na população. Mas a injeção de recursos sem precedentes lançada pelos bancos centrais - notadamente dos EUA (Federal Reserve), que expandiu seu balanço de pagamentos para a inédita marca de US\$ 10 trilhões - somada à adoção de taxas de juros negativas não foram capazes de impedir que as democracias liberais superassem, em muito, as estatísticas da pandemia e econômicas em relação à China.

Prevaleceu, então, o conflito de escolha (*trade-off*) entre saúde e economia. Mas enquanto boa parte das economias liberais preferiram acreditar em factoides como “comunavírus” e “vírus chinês”, a China se apresentou como uma antítese ao capitalismo financeirizado, com uma “economia de prontidão” que colocou o coronavírus como um fenômeno disruptivo dos modos de produção da economia global, concentrando-se no fim de uma ameaça social ainda em sua fase inicial e evitando que o contágio da Covid-19 se transformasse em uma situação incontrolável, priorizando, assim, a preservação da vida — portanto, da força produtiva.

Fica evidente, então, a superioridade do modelo econômico chinês frente ao restante do mundo. Porém, conforme elucidado ao longo deste trabalho, o socialismo de mercado funciona enquanto engrenagem do sistema político, com o Estado chinês se mantendo independente dos interesses do capital privado e voltando-se às necessidades do povo, sendo um mecanismo sob o qual o PCCh detém o controle.

Uma vez que o eixo principal para esse funcionamento político-econômico está na base do tecido social e se fundamenta na busca incansável de trazer benefícios concretos à grande maioria da população, o povo se reconhece no Partido, legitimando esse controle. É por isso que a maioria da população na China não vê tal poder como autoritário nem opressor. Dados da pesquisa do Ash Center da Escola de Governo Kennedy da Universidade de Harvard, de julho de 2020, revelaram 95% de satisfação dos cidadãos chineses com o governo. Novamente aqui, esses números conferem credibilidade à falsa crença enraizada no Ocidente de que o sistema político chinês é visto como autoritário, sendo, portanto, ilegítimo.

Da mesma forma, as medidas tomadas pelo PCCh para diminuir os efeitos da crise sanitária, baseados na ciência e na tecnologia, desafiam a equivocada visão dominante no Ocidente, de que o autoritarismo na China inibe a capacidade do Estado de inovar. A capacidade de autocorreção e de adaptação das políticas implementadas, corrigindo disfunções e criando novas regras, moldam e transformam todos os aspectos de como a sociedade chinesa é governada.

É sob essas premissas que o contexto da pandemia se insere causando uma série de disrupções técnico-científicas para aplicação na realidade. Tal processo é evidenciado na adoção de soluções práticas, utilizando-se de instrumentos gestados pelo sistema político no âmbito do modelo econômico, tais como a reconversão industrial, a mobilização da força de trabalho, o código QR e o SCS, já apresentados neste artigo. Em cada um desses mecanismos houve uma disrupção, tida como uma inovação tecnológica capaz de afetar a dinâmica existente através da identificação de instrumentos necessários para responder a crises.

Durante o combate contra a Covid-19, fica clara a importância dos planos quinquenais, sistematizando o processo de organização e servindo de guia em direção ao objetivo proposto, com informações capazes de orientar a ação mesmo quando o percurso é alterado e, depois de resolvido o problema, ser possível saber qual rumo seguir.

Portanto, não restam dúvidas em relação ao papel do Estado, que faz do desenvolvimento econômico uma grande estratégia de constante legitimação do Partido e do próprio sistema político.

Porém, por mais que a pandemia do coronavírus seja um fenômeno global e totalmente novo, que provocou desafios específicos e diferentes tipos de crise em cada país, horizontalizando o mundo frente a um problema mundial de saúde pública, a capacidade de resposta do governo chinês não se restringe apenas à gestão de crise sanitária. A partir desse entendimento, o presente artigo responde assertivamente à suposição de que a superioridade do sistema político e o modelo econômico na China se reafirma frente aos desastres econômicos e sociais ocorridos até o início deste século, que se intensificaram nos últimos 50 anos, com o rompimento unilateral dos EUA ao Acordo de Bretton Wood. Mais que isso, a China se apresenta também enquanto alternativa para superação dos desafios que advém do cenário global, bem como às próximas crises do novo milênio - que tendem a ser mais corriqueiras, devido ao caráter auto-destrutivo do sistema capitalista, conforme Marx (1867).

Com isso, lança-se luz para o 14º Plano Quinquenal, referente ao período de 2021 a 2025, que prepara o terreno para a construção de um país socialista moderno em todos os aspectos em 2049, quando o PCCh pretende alcançar a meta do chamado Duplo Centenário, ao celebrar o 100º aniversário da fundação da República Popular da China, consolidando o sonho chinês do “grande rejuvenescimento da nação”. Para tanto, a China estabeleceu como objetivo de longo prazo, até o ano de 2035, tornar-se um país líder em inovação científica e tecnológica, em um processo que envolve a aceleração do uso de tecnologias já conhecidas, como 5G, Big Data e AI, abrindo novos campos e possibilidades no desenvolvimento econômico de modo a alargar o consumo doméstico e construir um sistema produtivo mais sofisticado, removendo os gargalos da indústria.

Ou seja, a essência da nova dinâmica de desenvolvimento na China é alcançar um nível elevado de autossuficiência. Tal processo considera como vital para a sobrevivência e progresso da própria nação o maior equilíbrio na gestão de recursos ambientais e entre as áreas urbanas e rurais, bem como entre as diferentes regiões do país. Com isso, métricas mundialmente aceitas, como o PIB para medir o desempenho da atividade econômica, devem ser substituídas por produção e consumo de bens e serviços produzidos de forma mais ecológica, adotando práticas sustentáveis de desenvolvimento.

Peneluppi; Seesaghur (2016) afirmam que umas das principais políticas de governo capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável é o investimento em energia renovável, uma vez que o crescimento econômico tem sido fortemente correlacionado com o aumento do uso de energia e o aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Os autores lembram que a mudança climática é uma grande preocupação na comunidade mundial do século XXI e observam que, por ser um dos países com maior consumo de energia do mundo, a China tem se empenhado em explorar continuamente e aumentar fortemente o uso de energia hidrelétrica, eólica, solar, com o propósito de proteger a natureza e apoiar o desenvolvimento sustentável da nação.

O compromisso da China em proteger o ambiente e combater as adversidades provocadas pelo aquecimento global, buscando a coexistência harmoniosa entre o ser humano e a natureza, foi firmado em pleno ano da pandemia. Em setembro de 2020, durante discurso na Assembleia-Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), o presidente Xi Jinping declarou o objetivo da China de atingir o pico de emissões de dióxido de carbono até 2030 e a posterior neutralidade de carbono até 2060. Tal meta tende a remodelar a biodiversidade global e serve de inspiração às futuras gerações, além de incentivo às economias desenvolvidas e demais países, que ainda não se alinharam às metas tidas com o que é necessário para cumprir o Acordo de Paris.

O esforço da China para alcançar a Meta “3060”, como é chamada, leva em conta a combinação de energias renováveis com as novas tecnologias, com base nas disrupções tecnológicas que foram aceleradas durante o combate à Covid-19, conforme já exposto, fomentando o avanço e a modernização do setor industrial em direção à Quarta Revolução Industrial. Com a maturidade da manufatura e o domínio da automação combinada com o uso de dados (*data*), a China caminha para subir os degraus mais elevados da “escada tecnológica”, aprimorando a eficiência e a produtividade dos processos.

A Indústria 4.0 viabiliza, por exemplo, a execução de fábricas e cidades “inteligentes”, com a Internet das Coisas (IoT) e a Computação em Nuvem criando espaços físicos que se comunicam e coordenam processos entre si e com as pessoas, otimizando serviços internos, gerando oportunidades intra-organizacionais, facilitando a conveniência e agregando valor ao consumidor. Dentre os projetos que tornam possível a expansão da economia chinesa para um setor quaternário de atividades, está o desenvolvimento de 19 super-regiões, intensificando o progresso econômico da Costa em

direção ao Oeste, reduzindo, assim, a assimetria no país e descentralizando a tarefa geral de construir um mercado nacional unificado.

Wuhan está no eixo central desse projeto através do programa “Nine Cities, One Dream”, que integra a região metropolitana da província de Hubei e os demais conglomerados da cidade. Com isso, o governo chinês pretende combater a divergência regional e entre áreas rurais e urbanas, de modo a organizar a migração populacional entre as regiões até alcançar uma taxa de urbanização de 65% da população em 2025 e de 75% — nível semelhante ao de uma economia avançada — em 2035.

Verifica-se, então, que o 14º Plano Quinquenal tem como objetivo alcançar um equilíbrio dinâmico entre oferta e demanda, garantindo um fluxo econômico tanto interno quanto externo, integrando os vários fatores de produção. A proposta do PCCh consiste em envolver a economia em uma “dupla circulação” (*dual circulation*), na qual o consumo interno se torna um dos pilares, ao mesmo tempo em que se amplia a exportação do excesso de oferta via a capacidade industrial e de capital, intensificando as relações no âmbito do Belt and Road Initiative (BRI). A dupla circulação visa cobrir todo o processo da atividade econômica, sendo a produção o ponto de partida e o consumo o ponto final, com a circulação e a distribuição sendo os “ciclos” que conectam esses dois pontos.

Tal proposta remete a um momento essencial de valorização do capital, o qual Marx (1867) fala da diferença entre o tempo de produção e o tempo de realização da circulação, pois enquanto a venda não for realizada, o “valor novo” está sob a forma “crisálida”, não podendo ser assumido como um dinheiro gerado a partir da mercadoria. Portanto, uma economia de “dupla circulação” cria uma unidade entre produção e consumo, encurtando a velocidade de realização desse valor e reduzindo o tempo improdutivo da mercadoria.

Ao garantir um fluxo econômico desimpedido mantém-se um equilíbrio saudável dos fatores de produção, nas esferas macro e micro da economia, impedindo a queda na taxa de crescimento da economia (PIB), a piora do balanço de riscos financeiro e fiscal, o excesso de capacidade, o declínio nos retornos das empresas, entre outros. No âmbito social, essa nova dinâmica facilita a geração de emprego e renda, estimulando a demanda.

Conforme mencionado anteriormente, a essência dessa nova dinâmica de desenvolvimento é alcançar um alto nível de autossuficiência. O presidente Xi explica,

em artigo exclusivo¹³, que a construção dessa nova dinâmica representa a entrada em novo estágio de desenvolvimento através da aplicação de uma nova filosofia.

Segundo ele, três elementos-chaves do desenvolvimento econômico e social da China estão intimamente relacionados e determinam a lógica de tal processo: teoria, história e prática.

A entrada na nova fase de desenvolvimento esclarece a conjuntura histórica que o desenvolvimento nacional atingiu, a nova filosofia de desenvolvimento deixa claros os princípios orientadores do nosso impulso de modernização e a nova dinâmica de desenvolvimento elucida o caminho que nos levará à modernização econômica.

Portanto, a resposta do Estado chinês à pandemia da Covid-19 não apenas destacou a capacidade de liderança política do PCCh e os pontos fortes do modelo econômico para enfrentar novas ameaças, mas também exacerba a tendência global de se deparar com os mesmos “inimigos”, relacionados às formas de exploração dos recursos naturais, ainda que muitos países busquem se voltar mais para dentro. Ciente de que o destino da humanidade é comum no mundo, a China faz um convite por um futuro compartilhado, no qual a história e a realidade confluem, reunindo laços e vínculos entre todas as nações.

Nessa versão chinesa da globalização, a nova fase tecnológica sobre a qual avança às sociedades permite produzir ainda mais riqueza através da geração e do compartilhamento de informação e serviços de comunicação, baseados no conhecimento. Tal desenvolvimento faz parte de um processo civilizacional globalizado, ou planetária, conforme previsto pela escala Kardashev, caracterizada como o método de medir o nível de avanço tecnológico de uma civilização, com base no uso de energia e no poder de reunir dados para fins de comunicação.

Assim, no entendimento do PCCh, desenvolver uma civilização ecológica permite um salto evolutivo em progressão geométrica, e não linear, avançando em direção ao rejuvenescimento da nação, que resgata a história de um povo milenar para construir uma Nova Era. Já as economias capitalistas promoveram, a partir de meados da década de

¹³ “Understanding the New Development Stage, Applying the New Development Philosophy, and Creating a New Development Dynamic” English Edition of Qiushi Journal. Disponível em http://en.qsttheory.cn/2021-07/08/c_641137.htm

1970, a transformação das forças produtivas para uma cultura de consumismo e desregulamentação dos mercados, com a mobilidade do capital global, a partir dos anos 90, passando a desafiar os poderes dos Estados em defesa da uniformização dos valores e dos padrões de conduta, apregoando a “ocidentalização” do mundo.

Porém, o fracasso das principais democracias liberais na gestão da crise de saúde pública acaba com a noção complacente sobre o “fim da história”¹⁴ e da primazia de um modelo político-econômico sobre o outro. Hochuli (2021) afirma que todos os cidadãos do Ocidente vivem agora em “países menos desenvolvidos” e essa involução encontra sua imagem espelhada naquela “nação condenada para sempre a ser o país do futuro”: o Brasil.

O autor lembra que, na maioria das vezes, “Brasil” tem sido sinônimo de desigualdade social, com favelas em encostas com vista para arranha-céus de uma elite branca formando um abismo crescente entre pobres e ricos, resultando no desaparecimento das classes médias. Além da questão da geografia urbana, Hochuli (2021) cita outros autores para mostrar que o processo de “se tornar brasileiro” também está relacionado ao trabalho, ora formal, ora informal, mas cada vez mais flexível e precário, realizado por uma classe trabalhadora racialmente mista.

Diante da pandemia e outras ameaças globais, enquanto o Ocidente oferece a “brasilianização” do mundo, com uma crescente desigualdade social e precariedade dos serviços públicos em cidades europeias e dos EUA, a China faz o convite por um “futuro compartilhado”.

“O Brasil é um país de renda média - desenvolvido, moderno, industrializado. Mas o Brasil também está sobrecarregado pela pobreza em massa, pelo atraso e por uma classe política que parece ter avançado pouco desde seus dias como uma elite proprietária de terras escravistas. É uma cifra para o passado, para um estágio anterior de desenvolvimento pelo qual o Norte Global passou - e pensou ter deixado para trás. (HOCHULI, 2021)

REFERÊNCIAS

BABUR, A 2020 “Why the Chinese Model of Governance is Succeeding?”; Disponível em <https://www.paradigmshift.com.pk/chinese-model-of->

¹⁴ vide nota 3

governance/?fbclid=IwAR0iy-smTcPV3cU6gZFXh9JF9J29HD6Xm7V6SgL-LVrwOIBHZeDzCJWarKA. Acesso em 22/08/2021.

BENJAMIN, C. 2020 Wuhan no isolamento do coronavírus. (Rio de Janeiro, RJ: Contraponto Editora)

BLAUT, James M. 1987 “The National Question: Decolonizing the Theory of Nationalism”. London: Zed Press

DRĂGAN, Rareș Bogdan 2019. Communication and Coordination in Crisis Management. Radboud University Nijmegen, Faculty of Management Sciences, Department of Public Administration, June 2019

GABRIELE, A SCHETTINO, F 2012 Market Socialism as a Distinct Socioeconomic Formation Internal to the Modern Mode of Production New Proposals: Journal of Marxism and Interdisciplinary Inquiry Vol. 5, No. 2 (20-50)

HOCHULI, A 2021 “The Brazilianization of the World” American Affairs, Volume V, Number 2 (Summer 2021): 93–115.

LIN, K. J. et al. 2020 State-owned enterprises in China: A review of 40 years of research and practice. China Journal of Accounting Research <https://doi.org/10.1016/j.cjar.2019.12.001>

MARX, K 1985 [1867]. O Capital. Tomo I. (São Paulo, SP: Nova Cultural).

MARX, K [1853] Revolution in China and In Europe. New York Daily Tribune. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/06/14.htm>

PENELUPPI JR., J.; SEESAGHUR, H 2016 Renewable Energy to Low Carbon Economy: A Critical Study on Sustainable Development Policy of China, *Public Policy and Administration Research*, Vol.6, No.4, 2016: p. 89.

POMAR, W 2015 O enigma chinês. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

QIANG, S 2018 “Philosophy and History: Interpreting the 'Xi Jinping Era through Xi's Report to the Nineteenth National Congress of the CCP”. Open Times Journal, Issue 1

QIN, H 2020 “Globalização depois da pandemia: reflexões sobre o coronavírus”. Disponível em: <https://www.readingthechinadream.com/qin-hui-globalization-after-the-pandemic.html>. Acesso em 22/08/2021

ZILI, H 2019 “China avança com firmeza: vantagens significativas de concentrar esforços em grandes eventos”, publicado em Revista Qiushi, 13ª Edição. Disponível em: http://www.qstheory.cn/wp/2019-12/09/c_1125323107.htm. Acesso em 22/08/2021